

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008:

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, iniciou-se e teve lugar a quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2008;

1.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2009=APROVAÇÃO;

2.3 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2009;

2.4 – LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO-LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS= FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2009;

2.5 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2008;

2.6 – SUINICULTURA SITA EM PINHEIRO DE ÁZERE -. INTERGADOS, S.A =TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

2.7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALINEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL REQ: SANDRA GORETI SANTOS VARELA;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Joaquim Santos, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Paula Cristina Massano Nunes Correia e Sílvio Figueiredo Simões, que substituiu o Sr. Deputado José Rui Batista Alves Ferreira nos termos da alínea c) do nº1 do Artº 38º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº5-A/02, de 11 de Janeiro. Verificou-se a ausência do Sr. Deputado Guilherme Luís Leitão Castanheira que justificou a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2008. Pediu a palavra a Sra. Deputada Carla Cunha para referir que a votação expressa na acta e referente ao ponto dois ponto sete não estava correcta, uma vez que a sua posição foi de abstenção. Assim rectifica-se a votação do ponto dois ponto sete da referida acta que na parte da votação passa a ser a seguinte: a proposta foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (17 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 7 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, José Augusto Sousa, Boto Martins, Edite Cruz, Isabel Cruz, Nuno Pereira e Carla Cunha). Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo esta acta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo esta acta aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao 1º Secretário para que fosse lido um requerimento entregue na Mesa pelo Sr. Deputado José Machado dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo, onde era solicitado que fosse retirado da Ordem de Trabalhos o ponto dois ponto sete em virtude da situação financeira do agregado familiar da requerente que solicitava a construção de uma habitação não corresponder ao que era a percepção da Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Assembleia colocou o Requerimento à votação sendo este aprovado por unanimidade, pelo que foi retirado o ponto dois ponto sete constante do Período da Ordem do Dia.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Agostinho Pires e João Boto Martins.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, este fez a intervenção que consta do anexo nº1 desta acta.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins, que começou por referir ter sido apanhado de surpresa com a apresentação do requerimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo, congratulava-se com a sua apresentação e pela aprovação que sofreu. Lamentava que o pedido de construção tivesse sido apresentado sem se terem dado os passos para saber da sua oportunidade e justiça. Louvou a atitude do Sr. Presidente da Assembleia por ter retirado o ponto da última sessão para ser obtida mais informação. Lamentou também que a apresentação de todos os documentos necessários para dar uma informação completa e justa ao processo não tivesse tido lugar logo no início o que originou tomadas de posição na última sessão que podiam ter sido evitadas e acusações de que foi alvo por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo. Em relação á intervenção feita anteriormente pelo Sr. Deputado Agostinho Pires, queria recordar que já houve dois pedidos do Partido Socialista dirigidos ao Sr. Presidente da Assembleia para que no Período de Intervenção do Público, fosse cumprido o estabelecido no Regimento, não lhe parecia que o importante nas intervenções do público fosse o exceder do tempo que lhes é concedido mas sim o seu conteúdo, por na sua opinião não se enquadrarem no funcionamento da Assembleia. No seu entender este período estava a ser ocupado com a apresentação de opiniões políticas que não tinham nada haver com os interesses do Município e como parecia pensar o Sr. Deputado Agostinho Pires. No seu entender aquele não era o local para se fazer luta partidária.

Não havendo mais inscrições para pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2, do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a sua apresentação baseada na documentação já enviada aos Srs. Deputados. Na área da Cultura, referiu ainda a preparação para a criação da Comunidade de Associações de Santa Comba Dão, que tinha como objectivo agregar todas as Associações do Concelho, que quisessem aderir e daí tirar todos os proveitos que fosse possível. Na Acção Social referiu ainda as situações que começam a surgir nos agregados familiares resultantes da falta e da precariedade de emprego, que se reflecte nos alunos e que o Gabinete de Acção Social está a acompanhar, tendo em conta que a situação se poderá agravar em 2009. Em relação ao abastecimento de água acrescentou que já estava em funcionamento o novo reservatório das Fontainhas, com água que vinha da Barragem do Paul e que estava em construção um novo reservatório elevado na zona da Catraia, para resolver os problemas de abastecimento de água naquele local, cujo consumo irá aumentar com a entrada em funcionamento do novo Centro Educativo. Focou também que hoje mesmo saiu pela Câmara de Viseu o anúncio de execução da Ecopista do Dão. Focou a importância da criação do Gabinete de Planeamento e Urbanismo, apesar do aumento da despesa inicial

os frutos estavam agora a ser colhidos com a enorme quantidade de projectos elaborados e a elaborar. Sobre a situação financeira debruçou-se sobre os quadros apresentados. Informou também que a actual situação de desequilíbrio financeiro só poderá ser resolvida através de um processo de saneamento que está a ser preparado, havendo também a possibilidade de recorrer a um programa do Governo para regularização de dívidas a curto prazo. Será apresentada brevemente uma proposta referente a esta situação. As despesas continuam a ser maiores que as receitas e só com receitas extraordinárias é que há alguma possibilidade de equilíbrio. Focou a estabilização do quadro de pessoal e a nova Lei de carreiras e vínculos com a nova regulamentação sobre progressões. Durante o ano de 2009 haveria uma redução do número de funcionários que no entanto ficaria ainda acima do que julgava ser o ideal (de 160 a 180 funcionários). Referiu ainda os processos de poupança no consumo energético que estão previstos. A abertura dos novos Centros Educativos irá permitir uma redução nos custos de transporte, nos custos de manutenção das escolas e nos custos energéticos uma vez que irão ser aquecidos com energias alternativas. Terminou manifestando a esperança de que os próximos anos iriam ser melhores apesar dos compromissos existentes.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo-se inscrito os Srs. Deputados João Boto Martins e Edite Cruz.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins, este começou por referir a nota final de optimismo que foi demonstrada pelo Sr. Presidente da Câmara em contraponto com a nota geral de pessimismo que se verifica por todo o lado. Referiu a discrepância de valores nos anos de 2005, 2006 e 2007 existente nos quadros apresentados da Evolução do Orçamento – Tabela Comparativa (receita e despesa – aqui só em 2005) e Evolução da Dívida por Grande Rubricas (Total) com os valores apresentados nas respectivas Contas de Gerência. Solicitou ainda esclarecimento sobre a identificação do empreiteiro que executava as obras na rua Alexandre Herculano, uma vez que nada constava no local e portanto também não era conhecido o seu valor. Pela informação do Sr. Presidente da Câmara sabia que era a Embeiral, mas só os Srs. Deputados ficavam a ter tal informação.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz, que respondendo ao comentário do Sr. Presidente da Câmara em relação à necessidade de se efectuarem poupanças para a futuro, referiu que em relação aos novos Centros Educativos não mencionou a questão dos transportes, onde na sua opinião não haverá poupanças, mas sim um maior custo. Ainda em relação aos transportes escolares disse que a situação se tinha complicado pois durante cerca de três a quatro semanas os alunos chegaram atrasados às aulas e o regresso a casa fez-se com grande atraso, referindo até o caso de ter sido a Câmara a ter que levar alguns alunos a casa. A situação apenas foi resolvida com a intervenção dos pais, que julgava terem recorrido à GNR, pois as promessas feitas pela Autarquia, segundo sabia ainda não tinham sido executadas. A situação tinha melhorado, mas não estava resolvida e na sua perspectiva continuava a ser grave. Gostaria de saber se para os novos Centro Educativos estava prevista uma boa rede de transportes. Ainda sobre a construção destes centros, disse que segundo a informação recebida o custo do Centro Educativo Norte era de cerca de 3 milhões de euros e segundo sabiam os outros dois Centros Educativos tinham custado cerca de 9 milhões

de euros. Sabendo-se pela Carta Educativa que o maior número de alunos era no centro e no norte e que no futuro no norte não haveria diminuição do seu número, gostaria de saber o porquê da diferença nos custos entre os diversos Centros Educativos. Não sendo a favor de esbanjar dinheiro, esperava não ser o parente pobre dos Centros Educativos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começando pelas questões postas pelo Sr. Deputado Boto Martins referiu que as discrepâncias existentes resultavam de se estarem a comparar documentos completamente diferentes. Por exemplo as contas de gerência incluíam nas despesas as amortizações que têm um grande valor e que não contam como dívida. Em relação aos valores da receita apresentarem um valor superior ao registado no fecho de contas, justificou-a com a não apresentação no fecho de contas das dívidas de outras entidades à Câmara, mas que obviamente são consideradas nestes mapas, pois se são indicadas as dívidas da Câmara também devem ser indicadas as dívidas para com a Câmara. Em relação à publicitação da obra da rua Alexandre Herculano, julgava ter havido algum lapso dos serviços ao não obrigarem o empreiteiro a fazê-lo, mas iria providenciar para que fosse cumprida a Lei. Em relação às questões colocadas pela Sra. Deputada Edite Cruz, disse ter-se referido à questão dos transportes em termos de poupança, não se iria gastar mais, mas sim menos, pois era possível criar circuitos mais pequenos e utilizando menos autocarros e possivelmente com meios próprios. Haverá também menos custos em resultado da restrição em relação às distâncias entre a residência e o local da escola. Lamentou a queixa feita na GNR pela Comissão de Pais feita logo a seguir à reunião na Câmara para se resolver o problema, no mínimo poderiam esperar o tempo suficiente para ver se as medidas acordadas iam resultar. Lamentou as falhas existentes, que não eram espectáveis, mas como foi referido a Câmara estava atenta e tentava resolver a situação. Tem havido um diálogo permanente com a empresa responsável pelos transportes e se houver razões para isso o contrato será cancelado e uma outra empresa fará o serviço. Em relação aos custos dos Centros Educativos disse que o custo de 9 milhões de euros previstos é referente aos três Centros. Haveria a considerar que o Centro de Santa Comba Dão e o da Zona Sul, custam em números redondos 6 milhões de euros, mas nestes há que ter em conta a existência de uma parcela de 20% de IVA que vai para o Estado, ao contrário do Centro Norte onde a parcela de IVA é de 5% uma vez que o promotor é a Câmara. Poderá ser acusado desta situação, mas gostaria de ver como se poderiam construir três Centros Educativos no espaço de dois anos e sem dinheiro caso não tivesse de recorrer à parceria público-privada.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: **ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2009=APROVAÇÃO**. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez a sua intervenção apoiada no Power Point começando por referir que a elaboração deste orçamento foi condicionada por dois factores: a dívida transitada de cerca de 4.8 milhões de euros e os compromissos assumidos de cerca de 3 milhões de euros. Por outro lado em 2009 há a perspectiva do início em termos reais do QREN e daí a obrigatoriedade de incluir no orçamento os projectos com financiamento garantido. Tudo isto fez com que o presente projecto de orçamento atingisse um valor bastante elevado. Destacou entre estes projectos a Ecopista do Dão e o Centro Educativo Norte num valor de cerca de 4 milhões de euros. Referiu o início em Maio do pagamento das

rendas referentes aos custos com os outros dois Centros Educativos. Entre os aspectos positivos realçou a inversão da relação entre as Despesas Correntes (40%) e de Capital (60%). Haverá um grande esforço no sentido de em tempo útil controlar as despesas das obras feitas por administração directa que normalmente registam grandes desvios. O esforço na diminuição das despesas continuará, assim como a identificação de situações. Exemplificou com a situação do consumo de combustíveis que reduziu num mês cerca de 5 mil euros por se ter deixado de utilizar os cartões frota de um posto de abastecimento local e passado para o sistema de requisições. A nível das comunicações também haverá poupança com a utilização da rede de fibra óptica que é propriedade do Município. Como já tinha referido a entrada em funcionamento dos Centros Educativos trará menos custos assim como a aposentação de alguns funcionários que não serão substituídos. Exemplificou algumas situações e valores com a projecção de alguns quadros e as respectivas percentagens em termos de orçamento. As despesas com pessoal continuam a representar o grande drama das contas, pois consomem cerca de 75% das receitas vindas do Estado. No entanto o valor apresentado está inflacionado pois os gastos com o pessoal destacado na Combanima reflecte-se em duplicado pois está contemplado nas despesas com pessoal e nas transferências a efectuar para a Combanima. Neste capítulo há também a destacar os encargos com os vencimentos de três funcionários vindos do ex-Gat, que têm sido e continuarão a ser muito úteis à Câmara. Esperava que a taxa de execução deste orçamento fosse superior à que se vai verificar este ano que será de cerca de 55.77%. referiu-se depois ao que seria este orçamento com base zero, isto é não tendo em conta os encargos com as dívidas existentes. Terminou com votos de um Natal Feliz e um Bom Ano de 2009 para todos os presentes.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo-se inscrito o Sr. Deputado Boto Martins e o Sr. Deputado César Branquinho.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins, este começou por referir que o projecto de orçamento apresentado não era real, mas sim um jogo onde se tentava acertar na realidade, pois ninguém acreditava que se iriam atingir os valores apresentados, assim as percentagens do aumento das Despesas Correntes (6%) e das Despesas de Capital (84%) não correspondiam à realidade e estava-se a discutir um orçamento que considerou de virtual. Em relação aos dois projectos focados (Centro Educativo Norte e Ecopista do Dão) a despesa da Câmara não iria ser de cerca de 4 milhões de euros pois também teria a contrapartida em receita com verbas do QREN. Solicitou esclarecimento do porquê da transferência das verbas referentes às rendas dos Centros Educativos para a Combanima e não para a empresa que geria a parceria. Em relação à identificação de zonas de desperdício o Sr. Presidente da Câmara tinha referido o exemplo de uma simples mudança de procedimentos em relação ao consumo de combustíveis que tinha originado uma poupança significativa. Sendo uma medida fácil de aplicar perguntava se só ao fim de três anos de desperdício é que tinha chegado a esta conclusão? Quando já muito antes se comentava a enorme mobilidade feita pelas viaturas afectas à Câmara Municipal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se no orçamento estava prevista a penalização resultante do excesso de endividamento. Em relação aos Centros Educativos disse que ia haver

uma despesa suplementar de 60 mil euro mensais devido às rendas do Centro de Santa Comba Dão e do Centro Sul. Considerou que teria construído apenas dois Centros Educativos. Disse ser do seu agrado a construção da Ecopista. Focou o aumento da dívida a terceiros, a diminuição da receita, o aumento dos gastos com pessoal, as despesas com a Combanima, que no ano anterior deu um prejuízo de cerca de 800 mil euros. Registou com agrado o aumento das Despesas de Capital em relação às Despesas Correntes. Terminou questionando se o orçamento apresentado tinha pernas para andar caso não se fizesse um empréstimo para saneamento financeiro.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por responder ao Sr. Deputado Boto Martins dizendo que considerava o orçamento um exercício de magia, pois se tivesse o cuidado de ir analisar os orçamentos dos últimos anos não encontraria nenhum que tivesse sido executado a 100%. Havia sim uma diferença, é que a actual magia era feita na Câmara e pelo seu Presidente ao contrário de anteriormente em que a magia era feita no Porto ou em Braga por um qualquer consultor que se encarregava de distribuir as verbas que a Câmara se lembrava de colocar. A questão da virtualidade do orçamento estava mais que documentada nos exercícios anteriores. Claro que havia inflação no orçamento. Não querendo dar lições de orçamentação autárquica, teria que dizer que o Sr. Deputado Boto Martins confundia receita e despesa. No lado da receita estavam de certeza as participações do QREN em relação aos dois projectos e claro está que a despesa também tinha que estar mencionada na totalidade, pois só depois de paga a despesa é que se podia receber a participação, não podendo fazer o saldo entre o que se paga e o que se recebe. Agora era assim ao contrário do que se podia fazer anteriormente e que originou que esta Câmara fosse obrigada a devolver verbas à Comissão de Coordenação da Região Centro referentes aos Quadros Comunitários anteriores. A Combanima participa realmente na parceria, em 2007 foi presente à Assembleia a constituição de uma parceria Público-Privada e um contrato programa entre a Câmara Municipal e a Combanima resultando desta parceria e das suas regras que seria a Combanima a suportar os custos das rendas dos bens construídos pela parceria. Esta transferência de verbas está prevista no contrato programa aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal durante os vinte e cinco anos que dura a amortização do capital investido na construção dos Centros Educativos. É por isso que a transferência é feita para a Combanima e não directamente para a DãoGEST.

Em relação à questão do atraso na solução dos desperdícios com o consumo de combustíveis lembrou o Sr. Deputado que quando tomou posse já existia aquele sistema e que obedecia a um contrato assinado pelo anterior executivo e ao contrário do que poderia parecer tinha de cumprir os contratos assinados que encontrou. Lamentou que não tivesse rasgado uma série de contratos que encontrou pois hoje não se estaria na situação lamentável que a Câmara tinha. Como se prezava de ser uma pessoa de bem manteve os compromissos que encontrou e agora que aquele contrato tinha terminado, não foi renovado e passou-se para outro sistema em relação ao consumo de combustível. Respondendo ao Sr. Deputado César Branquinho, disse não ter percebido a questão das rendas dos Centros Educativos. Em relação às despesas com pessoal voltou a referir que os custos do pessoal da Combanima se reflectem também na Câmara que é quem transfere as verbas. Claro que o orçamento tinha pernas para andar sem saneamento financeiro, iria apenas até ao limite que as receitas permitissem, referindo que o

orçamento não tinha sido elaborado com base no possível saneamento financeiro, uma vez que actualmente é uma situação que não existe. Reforçou novamente a intenção de que o principal objectivo era concretizar o orçamento acima dos 50%. Em relação à questão da penalização resultante do excesso de endividamento, disse que a situação não estava resolvida, no ano anterior tinha-se cumprido a meta de baixar 10%, foram penalizados durante dois meses, voltaram agora a ser penalizados, pois entretanto foi feita uma providencia cautelar que tinha dado razão à Câmara, que sofreu reclamação do Estado, que por via disso voltou a fazer a retenção em Novembro e Dezembro. Não contaram com estas retenções no orçamento. Reforçou a ideia que era impossível num ano terminar o excesso de endividamento. Terminou referindo que tinha que ser efectuada uma gestão mais eficiente se entretanto se mantiverem as retenções.

Seguiu-se para a votação, sendo o ponto aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (16 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 8 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, Boto Martins, José Augusto Sousa, Carla Cunha, Edite Cruz, Isabel Cruz, Nuno Pereira e Paulo Dirceu).

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2009. o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que referiu ser este um pedido que habitualmente se faz nesta altura. É um pedido de empréstimo até ao valor de 10% das receitas, feito por um ano e que é de cerca de 500 mil euros. É destinado a ocorrer a situações de emergência que o Município tenha necessidade de utilizar e tem que ser pago até ao final do ano.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto dois ponto quatro: LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO-LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS= FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2009. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que a única intervenção da Câmara e da Assembleia era aprovar ou não uma vez que a Lei já fixava o valor da taxa.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2008. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este informou a Assembleia que o documento era o resultado da aplicação da nova Lei das Finanças Locais, em que semestralmente era obrigatório apresentar um relatório das contas da Autarquia feito pelo Auditor Externo, dando informação sobre a situação económica e financeira do Município. A Assembleia Municipal tomou assim conhecimento do relatório.

Passou-se para o ponto dois ponto seis: SUINICULTURA SITA EM PINHEIRO DE ÁZERE -. INTERGADOS, S.A =TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para informar a Assembleia que em virtude do agravamento das situações ambientais e de saneamento o Partido Socialista era contra o aumento da capacidade da suinicultura.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de alguma informação adicional à situação, tendo o Sr. Presidente da Câmara solicitado autorização para o Sr. Vereador Fernando Cruz prestar informações que estavam na sua posse.

Dada esta autorização, o Sr. Vereador Fernando Cruz, informou que se tratava de uma empresa instalada no concelho desde 1983, que na altura tinha o nome de Pecuária do Mondego. Este era um caso em que todos estavam solidários em termos de defender o ambiente. A empresa solicitou uma licença para o aumento do número de animais reprodutores (de 320 para 500), este pedido esteve exposto por Edital e sujeito a reclamações. Este pedido de aumento foi acompanhado de um estudo de impacto ambiental, que consta do processo e que tem os seus pontos críticos. Aqui a sua principal preocupação dirigia-se para os pontos de captação de água para consumo humano, que poderiam ou não ser atingidos, para as águas da Sra. da Ribeira e para as consequências na piscicultura na área. No processo a empresa prova que vai satisfazer todos os requisitos impostos por Lei. Haverá estação de tratamento e no processo também constava a identificação de proprietários a dar autorização para a canalização das águas residuais desta estação para as suas propriedades. Identificou estes proprietários. Referiu também a preocupação manifestada pela Câmara no impacto que se iria reflectir naquela zona. Foi informado de que não havia no Ministério do Ambiente qualquer motivo para condicionar a emissão da licença, tendo sido emitida a licença N°182/2008, que tinha uma autorização de dez anos, contendo um conjunto de contingências duras, mas que as entidades (Câmara, Junta de Freguesia e Cidadãos) não tinham condições técnicas para assegurar o seu cumprimento. Foi-lhe dito que aquela licença iria ser colocada num site pela Agencia Portuguesa do Ambiente e a partir daí todos tinham a possibilidade de a consultar. A Câmara estaria atenta à situação. A Comissão de Coordenação apesar de atenta às reclamações apresentadas pela Junta de Freguesia, por um grupo de cidadãos e pela Câmara Municipal, informou-o que do ponto de vista legal não tinha condições para não autorizar o aumento da capacidade de animais reprodutores em questão.

O Sr. Presidente da Câmara solicitou a palavra para lamentar que tenha sido emitida uma licença, não tendo sido levada em conta a posição da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e da população. Disse que mais de 70% do território do concelho não estava sob a alçada da Câmara sendo outras entidades que tomavam as decisões naquela área. Manifestou a sua solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere e informou-o que poderia contar com todo o apoio da Câmara Municipal para inverter a situação.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Augusto Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere para denunciar que tinha conhecimento que o engenheiro responsável pela suinicultura já há algum tempo tinha dito que a empresa já funcionava com o número de reprodutoras agora autorizado. O pedido agora feito foi apenas para legalizar a situação. Reafirmou o seu descontentamento e disse que iria

recorrer a todos os meios ao seu alcance para anular a licença dando disso conhecimento à Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos por dez minutos para que o Partido Socialista passasse a escrito a posição anteriormente assumida pelo Sr. Deputado César Branquinho e assim efectuar uma votação.

Reiniciados os trabalhos, solicitou a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires para lembrar que o caso da suinicultura já tinha sido debatido na Assembleia Municipal há alguns anos, sendo apresentado pelo então Deputado Sr. Júlio Figueiredo, que tentou atribuir as culpas ao Sr. Delegado de Saúde. No entanto também na altura nada foi conseguido. Referiu a necessidade de fiscalização rigorosa nestes casos, não só nesta pecuária mas também nas outras existentes na zona. Focou também o caso da trituradora de pedra, situada na zona industrial das Lameiras e que com promessa de muitos empregos teve o aval do anterior executivo. Disse ter hoje apenas dois empregados. Neste caso referiu a posição do Sr. Delegado de Saúde que tem actuado na denúncia da situação.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia leu o documento apresentado pelo Partido Socialista e que constitui o anexo nº 2 desta acta.

Posto à votação, este documento foi aprovado por unanimidade, não participando na votação por ausência os Srs. Deputados Lauro Figueiredo Gonçalves, Rui José de Sousa Branquinho Ramos e Nuno João Marques da Costa Pereira.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que cópias deste documento serão enviada à Assembleia da República, à Comunicação Social, à CCDRC e à Agencia Portuguesa do Ambiente.

O ponto dois ponto sete da Ordem de Trabalhos, conforme se encontra já focado nesta acta foi retirado por requerimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. O Sr. Presidente da Assembleia leu os Artºs 20º e 26º do Regimento referentes à forma de intervenção do público na Assembleia.

Apenas se inscreveu a Sra. D. Esmeralda Rocha Antas de Vila Pouca que fez a sua intervenção pedindo esclarecimentos sobre a forma livre e democrática do funcionamento da Assembleia, a liberdade de pensamento ao julgar a forma de se actuar politicamente no Concelho, sobre o poder adquirido pelos eleitos para servir os cidadãos e não o inverso, sobre a frontalidade de todos os políticos e o que pensam do seu trabalho, sobre a transparência, lealdade e frontalidade da situação política, sobre a forma como foram gastos os dinheiros públicos e a forma de distribuição de verbas pelas freguesias neste e em anteriores mandatos. Pediu ainda esclarecimentos sobre a aplicação dos direitos cívicos dos cidadãos, sobre os comentários feitos em público e noutros locais do que se debate nas sessões da Assembleia, sobre o porquê da desigualdade do desenvolvimento nos vários locais do Concelho e sobre o porquê de agora na Freguesia do Vimeiro apenas se fazerem obras no Rojão e nada na sede da Freguesia. Terminou pedindo para ser esclarecida sobre se haveria alguém na sala que

depois de mais de trinta anos após a implantação da democracia ainda gostasse de lhe dizer “que quem se mete connosco leva”.

O Sr. Presidente da Assembleia informou a senhora munícipe que não poderia responder aos esclarecimentos pedidos, apenas à questão posta sobre as obras do Rojão poderia pedir esclarecimentos à Junta de Freguesia do Vimeiro.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia desejou a todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2009, dando de seguida pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos por encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.